

## SIMPÓSIO ONLINE Nº 119

### Simpósio:

#### DOS DETERMINANTES SISTÊMICOS DA INJUSTIÇA ALIMENTAR

### Coordenadores:

**Nome do Coordenador 1:** Leonardo Felipe de Oliveira Ribas

**Vinculação Institucional:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

**Resumo Curricular:** ORCID nº 0000-0002-4359-6559. Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio (conclusão em julho de 2022). Mestre em Teologia Sistemático-Pastoral pelo Departamento de Teologia da PUC-Rio. Especialista em Jurisdição Constitucional em Tutela de Direitos pela Universidade de Pisa. Bacharel em Filosofia, em Teologia e em Direito. Exerce a advocacia (OAB/RJ 156.338). É um dos Coordenadores da Rede “*Global Sustainable Future: Progress Through Partnerships Networking Kick-Off Meeting*” que congrega pesquisadores dos ODS da Agenda 2030, da ONU, de universidades de todo o planeta. Além disso é membro da ICON-S (*International Society of Public Law*), da *International Studies Association (ISA)*, da *The Argumentation Network of the Americas (ANA)*, da Rede *Future Earth*, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), da Rede “Slow Food” e do Instituto Íbero-Americano de Direito Marítimo. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, atualmente, é assessor jurídico parlamentar (de plenário) da 2ª Vice-Presidência e parecerista da Comissão de Constituição e Justiça. Possui 30 anos de experiência como militante da política de segurança alimentar e nutricional sustentável

**Nome da Coordenadora 2:** Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho

**Vinculação Institucional:** Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

**Resumo Curricular:** Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho é advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994 (OAB/RJ 81.983), com sólida atuação na área de Direito Público, Financeiro e da Saúde. Atualmente, é sócia Medina Osório Advogados na unidade Rio de Janeiro e Procuradora Chefe do Instituto Estadual do Ambiente. É, também, uma das presidentes do Fórum Permanente de Tributação e Finanças da Escola Superior de Advocacia Pública do Estado da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira foi Procuradora Chefe da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, Procuradora Chefe da Procuradoria de Serviços de Saúde, Procuradora Chefe Assistente na Serviços Públicos, Procuradora Chefe da Procuradoria Tributária e Adida ao Gabinete do Procurador Geral, em matéria financeira. É graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Direito da Administração Pública pela Universidade Gama Filho e doutoranda em Direito Financeiro e Econômico Global pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

### Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

O simpósio destina-se à análise crítico-jurídica dos determinantes sistêmicos (jurídicos, políticos e econômicos) que atuam em face da efetividade dos instrumentos da justiça alimentar (do direito humano à alimentação adequada, da política de segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar) no Brasil. Parte-se da observação do paradoxo de que o Brasil, ao mesmo tempo em que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, devido à presença e ao método em que são empregados tais determinantes, é também um dos maiores produtores de injustiça alimentar. O paradigma alimentar vigente, promovido pelo sistema alimentar agroindustrial brasileiro (SAAB), efetiva determinantes que promovem a acumulação de capital





**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



e de poder pelas grandes corporações alimentares. Estas, em parceria ou controlando o regime democrático e o próprio Estado, implementam ações de controle e domínio da agenda pública, dos sistemas políticos, como a política e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, além da cadeia do sistema alimentar e os determinantes de natureza processual-representativa. O resultado desse controle é a perda da efetividade dos instrumentos da justiça alimentar. Esta tese tem por objetivo identificar tais determinantes e a forma através dos quais eles agravam a situação de injustiça alimentar no Brasil. Por fim, esta pesquisa procura ser um instrumento para a comunidade acadêmica e para os movimentos que lutam pela justiça alimentar no sentido de poder identificar os principais limites e determinantes da justiça alimentar no Brasil, com o objetivo de, através dos processos de lutas superá-los e efetivar os instrumentos da justiça alimentar.

**Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:  
Português (X)**



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



@cidhcoimbra